

1. Os valores republicanos, laicos e humanistas são estruturantes da vossa acção política? Que questões consideram prioritárias para, na próxima legislatura, aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos, tomando como referência a cidadania republicana num Estado desejavelmente mais laico, e uma sociedade futura sem distinções entre cidadãos por critérios de religião, etnia ou «raça»?

Sim. O Volt defende uma sociedade com plenas liberdades individuais, sem qualquer tipo de discriminação ou segregação. Defendemos também uma Europa, e por extensão Portugal, republicano, democrata e com um regime parlamentar forte.

A nível das liberdades acreditamos que em dar voz aos cidadãos, capacitando as pessoas a participarem na política além das eleições. Os cidadãos devem ter a possibilidade de tomar decisões políticas informadas, ser capazes de influenciar a política além das eleições e exercer os seus direitos democráticos em democracias dinâmicas, resilientes e altamente deliberativas.

Ninguém deve ser deixado para trás. Devemos garantir que a todos se aplica a igualdade de direitos e de oportunidades e que em todas as situações os direitos humanos são defendidos e respeitados. No entanto, existem ainda na nossa sociedade diversas barreiras a este ideal, barreiras essas que são inaceitáveis no estado de desenvolvimento em que nos encontramos.

O Volt esforça-se para acabar com a discriminação contra mulheres e contra pessoas LGBTQIA+, bem como com a discriminação com base na etnia, nacionalidade, ascendência, cor da pele e crença. O Volt reconhece que a inclusão na sociedade é fundamental e, como tal, o seu foco é sobretudo em imigrantes, idosos e pessoas com necessidades educativas especiais ou deficiências.

A nível de medidas concretas no programa atual, o Volt defende apresenta diversas medidas de luta contra a discriminação, com foco nas mulheres, direitos LGBTQIA+, discriminação com base na etnia, origem nacional, ascendência e cor da pele e discriminação contra pessoas surdas.

2. São favoráveis à revogação da Concordata e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma a que esta seja aplicável à igreja católica, progredindo portanto para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?

Sim. Defendemos o carácter social, democrático e não-confessional do Estado de Direito. Adicionalmente, como referimos na resposta anterior somos contra qualquer tipo de discriminação ou segregação, incluindo contra qualquer tipo de discriminação com base na crença ou não crença. Como tal o Volt empenhar-se-á para que as várias comunidades de convicção sejam tratadas sem qualquer discriminação, positiva ou negativa.

3. Concordam com o fim da educação religiosa na escola pública, que neste momento permite inclusivamente que os professores da maior confissão religiosa ascendam a posições executivas nos agrupamentos escolares, e que segregam alunos num espaço - o da escola pública - que deveria ser inclusivo?

Sim, sendo que defendemos uma escola inclusiva e laica. No Volt acreditamos que o ensino português precisa de uma reforma estrutural, de modo a adaptar-se às necessidades e expectativas ligadas ao século XXI. Um maior investimento no ensino é a grande forma de melhorar as condições sociais, económicas e cívicas de um país. É essencial formar cidadãos dotados de capacidade crítica, informados e criativos.

Por exemplo no atual programa temos medidas que demonstram a nossa convicção numa escola laica como:

- Proposta de consultas de sexologia e ações de educação sexual inclusivas devem estar presentes nestes e outros espaços da comunidade idosa como uma opção, onde é prevalecte a sensibilização para discriminação LGBTQIA+ e para sexo seguro.
- Priorizar a educação para a cidadania e o ensino sobre o sistema político e as suas instituições, abordando o seu funcionamento, desde o governo local, ao governo nacional e à União Europeia. Tornar a formação cívica uma prioridade.
- Introduzir uma disciplina de “Desenvolvimento Pessoal e Social”, com foco nas competências pessoais e responsabilidade de cada um. Será obrigatória, servindo como uma substituta de Cidadania, sendo lecionada durante todo o ensino obrigatório, abrangendo conteúdos como a economia (incluindo economia doméstica) e a literacia financeira básica, fundamentos jurídicos, instituições políticas, competências sociais e emocionais, sustentabilidade e estilo de vida saudável. Deve também promover a cooperação entre as escolas e o seu ambiente local.

4. Concordam com o fim da realização de cerimónias religiosas em instituições estatais (escolas e universidades, entre outras)?

Sim. A realização de cerimónias religiosas em instituições estatais é incompatível com a laicidade que se deseja por parte do Estado português.

5. São favoráveis à revogação das amplas isenções fiscais de que gozam as comunidades religiosas, nomeadamente em sede de IVA e de impostos patrimoniais?

Sim. De forma a financiar um Estado social que fornece os mesmos serviços públicos que outros países com maiores rendimentos (mesmo que, muitas vezes, com inegáveis diferenças a nível de qualidade) a carga fiscal nacional é, inevitavelmente, elevada.

Em Portugal, será difícil reduzir substancialmente a carga fiscal. Ao mesmo tempo, não existe margem considerável para aumentar taxas dos impostos que garantem maior receita fiscal (IRS, IRC e IVA), já que estas taxas já se encontram muitas vezes perto dos máximos praticados nos países europeus. É assim crucial estabelecer prioridades no que toca à política fiscal.

A revogação de isenções fiscais a comunidades religiosas são uma forma de, sem aumentar a carga fiscal sobre a população, encontrar novas fontes de receita e até eventualmente permitir diminuir a carga fiscal sobre os portugueses.

6. Concordam com a concretização da legalização da morte assistida na próxima legislatura?

Sim. O Volt acredita que cada pessoa tem o direito de determinar como terminar a sua vida com dignidade, desde que a vida de nenhuma outra pessoa seja prejudicada.

Para além dos cuidados médicos, deve sempre haver um vasto leque de apoios disponíveis e acessíveis às pessoas que procuram ajuda, como, por exemplo, cuidados paliativos para aliviar a dor, casas de repouso para oferecer apoio psicológico ou espiritual, ou horários de trabalho flexíveis para permitir que as pessoas cuidem dos seus familiares que estão em fim de vida. Em situações particularmente graves de "sofrimento físico ou mental constante e insuportável que não pode ser aliviado", o doente pode então procurar assistência para terminar a sua vida e merece ser apoiado para que o possa fazer com dignidade. A posição do Volt relativamente a este assunto sensível é a seguinte:

- Legalizar a eutanásia passiva, ou seja, quando a pessoa morre porque os profissionais médicos ou não fazem algo necessário para manter a pessoa viva, ou param de fazer algo que mantém a pessoa viva.
- Legalizar o suicídio assistido para adultos competentes, ou seja, quando a pessoa faz o pedido por sua livre vontade, não coagida ou pressionada por outros, e com plena consciência, para pôr fim à sua vida, e procura assistência profissional, em casos de "sofrimento físico ou mental constante e insuportável que não pode ser aliviado".
- O Volt opõe-se firmemente à eutanásia ativa, ou seja, quando um médico, ou outra pessoa, administra intencionalmente uma dose fatal de um medicamento para causar a morte do paciente a seu pedido e com consentimento pleno e informado, com uma exceção:
 - Permitir a eutanásia ativa apenas quando uma pessoa preenche todas as condições para o suicídio assistido (ver disposições acima), mas é fisicamente incapaz, de tal forma que torna impossível para a pessoa administrar a dose letal a si mesma. É necessário garantir que a intervenção do médico seja o mais limitada possível.

O Volt opõe-se à legalização da eutanásia ativa, uma vez que se trata de uma questão altamente controversa e que levanta questões éticas e legais, em particular pelo facto de uma pessoa realizar o ato de tirar a vida a outra.

7. A liberdade de expressão é um pilar das sociedades abertas e democráticas, contestado de formas diversas por fundamentalismos religiosos e políticos. Defendem a revogação dos artigos do Código Penal português que podem ser usados para criminalizar a blasfémia (nomeadamente o no1 do artigo 251 e o no2 do artigo 252)?

Sim. Defendemos o carácter social, democrático e não-confessional do Estado de Direito. Baseamos a nossa ação com base nos valores da liberdade, da igualdade de oportunidades, da solidariedade e da justiça. Advogamos uma sociedade aberta à diversidade, à iniciativa, à inovação e ao progresso. Defendemos uma maior participação dos cidadãos e da sua capacidade de tomar decisões políticas informadas, de serem capazes de influenciar a política além das eleições e de exercerem os seus direitos democráticos em democracias vibrantes, resistentes e plurais. Todas estas nossas crenças são incompatíveis com restrições à liberdade de expressão, onde se inclui a criminalização da blasfémia.